



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

INSTRUÇÕES

Verifique, com muita atenção, este Caderno de QUESTÕES que deve conter 50(cinquenta) questões objetivas, sendo 1(um) tema para redação referente a Língua Portuguesa, 10 (dez) referentes a cada grupo de disciplinas de Português e Direito (Teoria Geral do Processo, Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional). Constatando qualquer anormalidade (impressão defeituosa, página sem impressão), solicite imediatamente a substituição do caderno.

Verifique também o Cartão de Resposta que deve conter 5 (cinco) grupos referente a cada grupo de disciplinas, com os campos para as respostas.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA

NÃO ESQUEÇA de assinar o **CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA** e folha de redação.

O candidato não poderá levar o caderno de questões. Sendo somente permitidas a retirada da Folha de Rascunho.

O candidato só poderá deixar o local da prova após 60(sessenta) minutos do início desta.

Qualquer conduta ilícita ou em desacordo com as normas deste certame implicará a eliminação do candidato.

Use **SOMENTE** caneta esferográfica **PRETA** ou **AZUL** nas Folhas de Resposta.

Todos os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados, bem como relógios de qualquer tipo deverão ser guardados juntamente com o candidato.

Serão fornecidas 2 (duas) folhas de rascunho que **NÃO** serão consideradas para efeito de correção, sendo estas, obrigatoriamente, devolvidas pelo candidato ao final da prova.

O Exame terá duração de 4 (quatro) horas que deverão ser utilizadas para a realização da prova objetiva, redação e, inclusive, para a marcação do cartão de respostas.

BOA SORTE !



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

GRUPO – I LÍNGUA PORTUGUESA

1 – Assinale a opção em que o emprego do sinal gráfico indicativo de crase é facultativo.

- a) Paulo vai à escola todos os dias.
- b) Joana e Ana foram até à praia.
- c) João embarcou no trem que saiu às duas horas.
- d) Nosso amor aumenta à medida que o tempo passa.
- e) N.d.a.

2 – Em relação à colocação pronominal, marque a alternativa em que não há erro.

- a) Me ajude, por favor.
- b) Seria-te útil.
- c) Não convidar-te-ei para a festa.
- d) Nunca ajudaria-te.
- e) Refiro-me à da esquerda.

3 – Indique a opção em que o verbo foi conjugado incorretamente.

- a) Hão de existir recursos para ajudá-lo.
- b) Deve haver outras saídas.
- c) Era uma vez uma linda mulher e seus filhos.
- d) Eles tem vindo aqui constantemente.
- e) N. d. a.

4 – Assinale a alternativa em que todas as palavras são acentuadas pelo mesmo motivo.

- a) Pontapé, cipó, cajá.
- b) América, café, agência.
- c) Xérox, época, pá.
- d) Carência, possível, árvore.
- e) Semântica, análise, já.

5 – Marque a alternativa em que não é possível fazer a transposição da frase para a voz passiva.

- a) O time contratará reforços.
- b) José fez todos os exercícios.
- c) Joana precisa de carinho.
- d) Conheço sua gramática.
- e) Camila devolveu o livro ao professor.

6 – Assinale a opção em que a classe gramatical do termo sublinhado foi indicada corretamente.

- a) Está proibido o comércio de mercadorias importas neste local. (adjetivo)
- b) O Senador discursou favoravelmente ao projeto. (advérbio)
- c) A decisão foi favorável aos alunos. (pronome)
- d) A demolição do prédio estava difícil. (verbo)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

e) Precisamos muito de sua colaboração. (substantivo)

7 – Indique a frase que apresenta erro de pontuação.

- a) O leão, rei dos animais, foi salvo pelo caçador.
- b) Amanhã, se Deus quiser, estudarei.
- c) Ou ficas comigo, ou vais para casa.
- d) Amanda estudou muito, mas foi reprovada.
- e) As frutas, que estavam maduras caíram.

8 – Assinale a alternativa em que há erro de concordância nominal.

- a) É proibido entrada de carros neste local.
- b) Encontrei o melão e a maçã estragados.
- c) Marina estava meia aflita com a confusão.
- d) É proibida a permanência de pessoas neste local.
- e) N. d. a.

9 – Marque a opção em que a função sintática do(s) termo(s) sublinhado(s) foi indicada incorretamente.

- a) A decisão foi desfavorável aos alunos. (complemento nominal)
- b) João respondeu à questão corretamente. (objeto indireto)
- c) Antônio pareceu-lhe insatisfeito. (objeto indireto)
- d) Paulo pintou o carro de João cuidadosamente. (objeto direto)
- e) Nós iremos de trem. (objeto indireto)

10 – Indique a opção em que há erro de concordância verbal.

- a) Mara ou Amélia casarão com João.
- b) Eu e tu desconhecemos o caso narrado.
- c) Nem uma nem outra me serve.
- d) O aluno ou os alunos cuidarão do salão.
- e) Deve haver três alunos estudando na sala.

GRUPO II – DIRETO CIVIL

11 - No que concerne aos elementos acidentais do negócio jurídico ou às causas de sua invalidade, analise as afirmações que se seguem.

I – A condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a evento futuro e incerto e tem aceitação voluntária

II – Em face da condição resolutiva, tem-se mera expectativa de direito ou direito eventual pendente.

III – O vício resultante da coação causa a anulabilidade do negócio jurídico, mas é passível de ratificação pelas partes interessadas, ressalvado direito de terceiro.

IV – Ocorrendo fraude em detrimento de seus credores, o ato de alienação de bens praticado pelo devedor é nulo de pleno direito e, assim, é dispensada a propositura de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

ação anulatória do negócio jurídico.

Estão CORRETAS as seguintes afirmações:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) III e IV.
- e) II e III

12 - Assinale a opção correta acerca da situação jurídica afirmada a seguir, em relação a pessoa natural ou jurídica, conforme o caso:

- a) Não se admite a declaração judicial de morte presumida sem decretação de ausência.
- b) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com o início de suas atividades jurídicas.
- c) A personalidade (tratando-se de pessoa natural) tem início a partir do nascimento com vida, independentemente do preenchimento de qualquer requisito psíquico.
- d) Um homem de 16 anos de idade, por haver contraído casamento civil, adquire a plena capacidade por meio de emancipação legal, podendo, no entanto, voltar à condição de incapaz se não se mantiver casado.
- e) A capacidade civil pode ser adquirida por vontade do interessado, sem condição.

13 - Consideradas as normas jurídicas aplicáveis às fundações de direito privado, assinale, dentre as alternativas que se seguem, a única hipótese que se apresenta INCORRETA:

- a) A declaração de vontade do fundador, no ato constitutivo da fundação, poderá ser omissa na indicação de bens que constituirão seu patrimônio.
- b) O ato ou declaração de vontade do fundador, poderá ser formalizado em documento privado ou público ou recair sobre outra pessoa a obrigação de definir a finalidade social.
- c) A manifestação de vontade do fundador somente será considerada válida, para a instituição de uma fundação, se ocorrer perante o tabelião de notas ou por via testamentária.
- d) A declaração do instituidor indicará obrigatoriamente o patrimônio e a finalidade da instituição, sendo-lhe facultado nomear terceira pessoa para aplicar o patrimônio.
- e) Eventualmente, poderá o Ministério Público incumbir-se da elaboração do estatuto de uma fundação de direito privado.

14 - Por constituir vício de vontade que contamina o negócio jurídico, prevê a lei a possibilidade de ser anulado, desde que tenha sido praticado em uma das circunstâncias abaixo referidas:

- a) Com preterição de formalidade essencial para a validade do ato.
- b) Pela indeterminação de seu objeto pelo declarante.
- c) Mediante prática de simulação que visa dar ao ato aparência diversa daquela



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

realmente pretendida.

d) Mediante o chamado erro essencial, causa determinante do negócio, em que o declarante foi induzido por ação intencional de terceiro interessado.

e) Por ato simulado, por causar prejuízo a terceiro, salvo se objeto de confirmação.

15 - Em se tratando de “pessoa natural”, assinale a assertiva CORRETA:

a) A emancipação feita pelos pais do incapaz prescinde de escritura pública.

b) Morrendo a pessoa, os parentes estão legitimados à defesa de sua honra objetiva.

c) Para alteração de prenome, bastante é a manifestação de vontade do titular perante o Registro Civil.

d) Não há como se admitir, para efeitos jurídicos, a morte presumida.

e) Desaparecendo a pessoa por mais de 90 dias, sem que se conheça seu paradeiro ou destino, admite-se a presunção relativa de sua morte, para certos efeitos.

16 - Em se tratando dos Direitos da Personalidade, assinale a alternativa CORRETA:

a) Para a manutenção da ordem pública, a lei civil autoriza a divulgação da imagem da pessoa sem a sua devida e prévia autorização.

b) Direitos da personalidade qualificam-se como relativos em litígios de família.

c) A morte faz cessar a tutela sobre a personalidade da pessoa natural.

d) Não há previsão legal que regule a possibilidade de alteração do sobrenome da pessoa natural.

e) Todos os direitos do homem são direitos da personalidade.

17 - Assinale a alternativa CORRETA:

a) Sujeitam-se à prescrição as pretensões dedutíveis em ações condenatórias individuais ou coletivas, o que não ocorre com relação às ações constitutivas e declaratórias.

b) As normas relativas à prescrição são de caráter cogente em relação ao prazo mas dispositivas em relação ao termo “*a quo*” e aos termos interruptivos.

c) É possível renunciar tanto ao prazo prescricional como ao decadencial, a qualquer tempo.

d) Os prazos decadenciais convencionais, assim como os legais, deverão ser conhecidos de ofício pelo juiz do processo.

e) A omissão da parte em opor a *exceptio praescriptionis*, faz operar a preclusão e impede que o juiz reconheça a prescrição da pretensão.

18 - Com relação aos direitos da pessoa, assinale a OPÇÃO CORRETA:

a) A capacidade de exercício é imanente a toda pessoa natural, significando dizer que todos ser humano tem capacidade de adquirir direitos e de contrair obrigações.

b) A emancipação voluntária ocorre pela posse e exercício de cargo público.

c) A nulidade ou anulação de assento de nascimento somente pode ser demandada pelo pai ou pelo próprio registrado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

- d) Certos direitos da personalidade podem ser alienados, como os direitos do autor de ser reconhecido como tal ou de permitir a publicação da obra.
- e) A intransmissibilidade, a irrenunciabilidade, a perpetuidade e a insuscetibilidade de apropriação do próprio direito, são algumas das características importantes dos direitos da personalidade.

19 - Acerca das condições a que se subordinam os efeitos do negócio jurídico, assinale a opção correta:

- a) A condição somente pode ser estipulada para os negócios jurídicos bilaterais.
- b) A incerteza de sua implementação é elemento inerente ou imprescindível à condição.
- c) A condição juridicamente impossível equipara-se à condição ilícita.
- d) É vedada no contrato a cláusula que estabeleça condição suspensiva para pagamento.
- e) Nada sendo estipulado em contrário, o implemento da condição resolutiva produz efeitos *ex tunc* ou retroativos.

20 - A conservação dos negócios jurídicos patrimoniais, em prestígio à legítima manifestação de vontade das partes, mesmo quando as condições ajustadas se modificaram no tempo, por fatores imprevisíveis, ante a dualidade de revisão do contrato ou sua resolução por onerosidade excessiva, atende o seguinte princípio:

- a) – Função social dos contratos
- b) – Boa fé objetiva
- c) - Proteção ao consumidor
- d) - Respeito ao ato jurídico perfeito
- e) – Relatividade dos contratos

GRUPO III - DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - São Brasileiros natos:

- I) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
 - II) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil;
 - III) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;
- a) somente I e II estão corretas;
 - b) somente II e III estão corretas;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

- c) somente I e III estão corretas;
- d) somente I está correta;
- e) todas estão corretas.

22 – Cabe ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República:

- a) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que carrem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- b) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;
- c) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e pesquisa e lavra de riquezas minerais;
- d) autorizar referendo e convocar plebiscito;
- e) conceder anistia.

23 – Acerca do Ministério Público, é INCORRETO afirmar que:

- a) seus membros possuem a garantia da vitaliciedade, ou seja, após 3 anos de exercício eles não podem perder o cargo, senão por decisão judicial transitada em julgado;
- b) é regido pelos princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e independência funcional;
- c) compete-lhe, privativamente, ajuizar a ação penal pública, na forma da lei;
- d) sua atuação administrativa e financeira está submetida a controle pelo Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) o Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público da União.

24 – É CORRETO afirmar que:

- a) é exaustiva a enunciação de direitos e garantias feita pela Constituição;
- b) os direitos fundamentais têm caráter absoluto;
- c) o art. 5º da Constituição de 1988 aplica-se apenas a brasileiros;
- d) as normas definidoras de direitos fundamentais têm aplicação imediata;
- e) todas as alternativas acima são incorretas.

25 – A Constituição da República de 1988 poderá ser alterada desde que:

- a) haja proposta de emenda por, no mínimo, metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- b) a proposta de emenda seja aprovada em pelo menos uma das casas, por três quintos dos votos;
- c) a emenda seja promulgada pelo Senado Federal, que detém competência privativa para tanto;
- d) a proposta de emenda seja discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;
- e) a emenda não ocorra na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio, podendo, no entanto, realizar-se no curso de intervenção federal.

26 – Segundo a Constituição da República de 1988, são legitimados para ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, EXCETO:

- a) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

- b) partido político com representação no Congresso Nacional;
- c) Procurador-Geral da República;
- d) Mesa do Senado Federal;
- e) Advogado-Geral da União.

27 – Acerca do sistema de controle de constitucionalidade adotado no Brasil é CORRETO afirmar que:

- a) as súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal, em razão de sua força normativa, podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade;
- b) o Brasil adotou o denominado sistema jurisdicional único de controle de constitucionalidade;
- c) o controle posterior ou repressivo de constitucionalidade é, em regra, exercido pelo Poder Judiciário, podendo, em situações excepcionais previstas na Constituição, ser exercido pelo Poder Legislativo;
- d) o Supremo Tribunal Federal, decidindo o caso concreto poderá, incidentalmente, declarar a inconstitucionalidade de uma lei. Neste caso, poderá oficiar a Câmara dos Deputados para que esta edite resolução suspensiva da execução da lei declarada inconstitucional;
- e) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, apesar de prevista na Constituição da República, não é considerada, pela doutrina majoritária, como uma das formas de controle concentrado de constitucionalidade.

28 – Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa INCORRETA:

- a) cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios;
- b) no mandado de segurança impetrado pelo ministério público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo;
- c) não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados;
- d) a competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual;
- e) são da competência legislativa da união a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.

29 – São bens da União, EXCETO:

- a) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;
- b) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;
- c) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;
- d) as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes entre Estados da federação;
- e) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

30 – Sobre o mandado de segurança, levando-se em consideração a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar que:

- a) a suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo supremo tribunal federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

- b) compete ao supremo tribunal federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais;
- c) controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança;
- d) a entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria;
- e) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.

GRUPO IV – DIREITO PENAL

31 - O Princípio da Insignificância:

- a) Somente é admissível nos crimes de menor potencial ofensivo;
- b) Somente é admissível quando o dano é inferior a um salário mínimo;
- c) Somente é admissível quando o autor é pobre;
- d) Quando admitido, exclui a tipicidade da conduta;
- e) Nenhuma das respostas acima.

32 - É adequado afirmar que:

- a) O estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal, a obediência hierárquica e o exercício regular do direito excluem a ilicitude;
- b) A embriaguez total proveniente de caso fortuito ou força maior exclui a culpabilidade ;
- c) A coação moral irresistível é causa de extinção da punibilidade;
- d) A inimputabilidade do agente por doença mental é causa excludente da tipicidade.
- e) Nenhuma das respostas acima

33 - Em matéria de concurso de crimes, é correto afirmar que:

- a) No concurso material as penas dos crime devem ser somadas;
- b) No concurso formal, aplica-se a pena do mais grave quando os desígnios forem autônomos ;
- c) No crime continuado somam-se as penas do primeiro e do último crime da série;
- d) O acréscimo decorrente da continuidade delitiva deve ser computado no cálculo da prescrição;
- e) Nenhuma das respostas acima.

34 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) O dolo é elemento subjetivo do tipo e estará afastado se o agente incorrer em erro de tipo;
- b) O dolo eventual equipara-se ao dolo direto na legislação brasileira;
- c) Na culpa consciente o agente tem vontade na ação e prevê a conduta, embora não a deseje;
- d) O erro de proibição consiste na ausência de dolo direto na conduta do agente;
- e) Na culpa inconsciente o agente não prevê o resultado de sua conduta.

35 - Sobre o tempo do crime, podemos afirmar que:

- a) Rege-se pela teoria da Ubiquidade
- b) Rege-se pela teoria da Ação
- c) Rege-se pela teoria do Resultado
- d) Rege-se pela teoria da Ultratividade da lei penal



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

e) Nenhuma das respostas acima

36 - Sobre o sistema de fixação de penas, está incorreto afirmar que:

- a) A pena base é fixada tendo em vista os critérios das circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP;
- b) Segundo jurisprudência consolidada pelo STJ, a pena base pode ser fixada aquém do mínimo legal;
- c) As circunstâncias atenuantes e agravantes genéricas incidem apenas na segunda fase do cálculo da pena;
- d) As causas especiais de aumento de pena podem elevar a pena para além do máximo previsto;
- e) O acréscimo decorrente do crime continuado incide na terceira fase do processo de cálculo;

37 - No tema de concurso de pessoas, assinale a alternativa correta:

- a) O Direito brasileiro adota a teoria dualista
- b) O Direito brasileiro adota a teoria unitária
- c) O Direito brasileiro não diferencia autores e partícipes
- d) O Direito brasileiro adota a teoria objetivo-formal para definir autoria e co-autoria
- e) Nenhuma das respostas acima

38 - Sobre tentativa, assinale a resposta incorreta:

- a) A pena do crime tentado é a mesma do crime consumado, apenas diminuída de 1/3 até a metade
- b) Via de regra, no Brasil não se punem atos preparatórios
- c) Na desistência voluntária o agente somente responde pelos atos praticados
- d) A pena da tentativa jamais pode ficar aquém da pena mínima prevista para o tipo, já que o dolo do crime é o mesmo;
- e) O crime impossível somente se configura se a impropriedade do objeto for absoluta.

39 - Assinale a alternativa correta:

- a) A lei penal mais gravosa somente retroagirá se o agente tiver mais de 18 anos no tempo do crime;
- b) A norma penal em branco só pode ser integrada por outra norma de natureza penal;
- c) A analogia não pode ser empregada em direito penal;
- d) O princípio da territorialidade da lei penal somente se aplica quando o agente for cidadão brasileiro;
- e) Nenhuma das respostas acima

40 - Sobre a prescrição, pode-se afirmar que:

- a) A prescrição da pretensão punitiva, quando reconhecida, impede a aplicação da pena, mas quebra a primariedade do réu;
- b) A prescrição da pretensão executória, quando reconhecida, impede a execução da pena e garante a primariedade do réu;
- c) A prescrição retroativa, para crimes praticados em 2012, pode ser contada no lapso entre o fato e o recebimento da denúncia;
- d) A prescrição da pretensão punitiva interrompe-se, tanto com a sentença condenatória,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

quanto com o acórdão que a confirma;
e) Nenhuma as respostas acima.

GRUPO V – TEORIA GERAL DO PROCESSO

41 - Ao tratar da jurisdição, a doutrina costuma tecer diversas considerações. Entre elas, não se inclui:

- a) A jurisdição visa à pacificação da sociedade com justiça.
- b) É garantido o direito de propriedade, que atenderá sua função social (art. 5º, XXII e XXIII, da Constituição).
- c) A jurisdição é uma longa manus da legislação, porque visa à realização prática das normas na hipótese de conflito de interesses entre as pessoas.
- d) Como as demais funções típicas do Estado, a jurisdição visa também ao bem comum.
- e) Através do processo, o Estado (terceiro imparcial) substitui os titulares dos interesses em disputa para solucionar o conflito.

42 - As condições da ação abaixo identificadas são comuns ao processo penal e civil, exceto talvez uma delas. Assinale a exceção ou, não havendo, assinale “e”:

- a) legitimidade ad causam;
- b) lastro probatório mínimo;
- c) possibilidade jurídica do pedido;
- d) interesse de agir.
- e) Todas as condições da ação listadas são comuns ao processo civil e penal.

43 - Assinale a opção que completa corretamente as seguintes frases:

- I – ... é o conflito de interesses qualificado pela pretensão resistida (Carnelutti).
 - II – ... pode ser temporal, lógica ou consumativa.
 - III – ... é a medida em que cada órgão ou conjunto de órgãos jurisdicionais pode exercer a jurisdição.
 - IV – ... é imposição de natureza processual que deve ser adimplida no interesse do próprio onerado.
- a) I – O processo; II – A nulidade; III – A atribuição; IV – O dever processual.
 - b) I – A lide; II – A preclusão; III – A pretensão; IV – O encargo processual.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

- c) I – A confusão; II – A competência; III – A atribuição; IV – O dever processual.
- d) I – O processo; II – A nulidade; III – A pretensão; IV – O encargo processual.
- e) I – A lide; II – A preclusão; III – A competência; IV – O ônus processual.

44 - A propósito das semelhanças e distinções entre o processo civil e o processo penal, pode-se afirmar:

- a) Ante o silêncio da Constituição, a jurisprudência não admite a edição de medida provisória em matéria processual penal; somente a admite em matéria processual civil.
- b) No processo civil, ao contrário do que ocorre no processo penal, a analogia é permitida (art. 126 do CPC).
- c) É vedada a convenção das partes quanto à distribuição do ônus da prova, tanto no processo civil quanto no processo penal.
- d) O princípio da territorialidade rege a eficácia espacial das normas processuais penais; no processo civil, a extraterritorialidade é prevista na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ao disciplinar as regras de conexão.
- e) Todas as assertivas anteriores estão incorretas.

45 - Assinale a assertiva incorreta ou, não havendo, assinale “e”:

- a) Para o Ministério Público atuar como custos legis no processo civil, a parte interessada deve promover-lhe a intimação na primeira oportunidade em que falar no processo, sob pena de preclusão.
- b) Ninguém pode pleitear em nome próprio direito alheio, salvo se houver autorização legal.
- c) No processo civil, o Ministério Público deve intervir sempre que presente o interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.
- d) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo, em geral, irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.
- e) Todas as assertivas anteriores estão corretas.

46 - Assinale a assertiva incorreta ou, não havendo, assinale “e”:

- a) A Defensoria Pública presta orientação jurídica aos necessitados e defende-os.
- b) A Advocacia-Geral da União representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- c) O Ministério Público pode representar entidades públicas em juízo e prestar-lhes consultoria, quando recomendado pelo interesse público ou social.
- d) O Ministério Público defende a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

e individuais indisponíveis.

e) Todas as assertivas anteriores estão corretas.

47 - Assinale a assertiva incorreta ou, não havendo, assinale “e”:

a) O art. 28 do Código de Processo Penal não foi recepcionado pela atual ordem constitucional, pois o art. 127, § 1º, da Constituição erige a independência funcional em princípio institucional do Ministério Público.

b) O inquérito, nos crimes em que a ação penal pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

c) Quanto à eficácia temporal da norma processual, o art. 2º do Código de Processo penal consagra expressamente o princípio do isolamento dos atos processuais.

d) Ao oferecer denúncia, o Ministério Público atua com fundamento no art. 129, I, da Constituição da República, art. 6º, V, da Lei Complementar n. 75/93 e art. 24 do Código de Processo Penal.

e) Todas as assertivas anteriores estão corretas.

48 - Dizem os arts. 24 e 42 do Código de Processo Penal, respectivamente: “Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público...”; “O Ministério Público não poderá desistir da ação penal”. A propósito desses dispositivos, não se pode afirmar:

a) A forma imperativa adotada no art. 24 do Código de Processo Penal coaduna-se com o princípio da obrigatoriedade na propositura da ação penal pública.

b) O art. 42 do Código de Processo Penal consagra expressamente o princípio da indisponibilidade da ação penal pública.

c) O art. 24 do Código de Processo Penal agasalha também o princípio da oficialidade, ao cometer a promoção da ação penal pública a um órgão oficial.

d) O princípio da indisponibilidade veda ao membro do Ministério Público pugnar pela absolvição em sede de alegações finais no processo penal, salvo se sobrevinda causa extintiva da punibilidade após a propositura da denúncia.

e) O princípio da indisponibilidade decorre logicamente do princípio da obrigatoriedade, pois pouco valeria a obrigatoriedade da denúncia se, deflagrado o processo, o dominus litis pudesse desistir da ação penal.

49 - Acerca dos princípios processuais, assinale a opção que melhor correlaciona os itens indicados por algarismos romanos e arábicos:

I – Acesso à ordem jurídica justa (art. 5º, XXXV, da CR): segundo Cappelletti, o acesso à justiça requer um sistema estatal de solução de litígios e reivindicação de direitos acessível a todos e, além disso, apto a produzir resultados justos sob o prisma individual e social (“Acesso à justiça”, Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 8).

II – Contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV, da CR): o conteúdo da garantia do contraditório



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

tem sido apresentado por abalizada doutrina como “informação e possibilidade de reação” acerca dos elementos relevantes para o desfecho do processo ou procedimento; já a ampla defesa pressuporia, além do contraditório, o direito à prova legitimamente obtida ou produzida, à defesa técnica e ao recurso contra a decisão desfavorável.

III – Fundamentação das decisões judiciais (art. 93, X, da CR): a propósito da garantia de fundamentação das decisões judiciais, sólida doutrina e jurisprudência reputam insuficientes para satisfazê-la afirmações vazias e genéricas, passíveis de aplicação indiscriminada a uma série de situações.

1 – Súmula 707 do Supremo Tribunal Federal: “Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.”

2 – Súmula 718 do Supremo Tribunal Federal: “A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.”

3 – Súmula Vinculante 28: “É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.”

- a) I = 1; II = 2; III = 3.
- b) I = 1 e 3; II = 2 e 4; III = 1 e 3.
- c) I = 1, 2 e 3; II = 1, 2 e 3; III = 1, 2 e 3.
- d) I = 2; II = 3; III = 1.
- e) I = 3; II = 1; III = 2.

50 - Na jurisprudência atual e passada do Superior Tribunal de Justiça, colhem-se os seguintes posicionamentos em matéria de competência:

Súmula 42 (DJ 20/05/1992): “Compete à Justiça comum estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.”

Súmula 150 (DJ 13/02/1996): “Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.”

Súmula 224 (DJ 25/08/1999): “Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito.”

Súmula 254 (DJ 01/08/2001): “A decisão do Juízo Federal que exclui da relação ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual.”

Súmula 348 (DJ 09/06/2008): “Compete ao Superior Tribunal de Justiça decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal, ainda que da mesma seção judiciária.”

CC 107635/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/03/2010: “Compete



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

ao Tribunal Regional Federal o julgamento de conflito de competência instaurado entre Juizado Especial Federal e Juízo Federal da mesma Seção Judiciária. Precedente do STF: RE 590.409/RJ.”

Após a leitura, avalie as assertivas abaixo à luz da legislação e jurisprudência pátrias. Em seguida, assinale a opção certa:

I – O entendimento consagrado na Súmula 42 do Superior Tribunal de Justiça remete à interpretação do art. 109, I e IV, da Constituição da República.

II – O entendimento consagrado nas Súmulas 224 e 254 do Superior Tribunal de Justiça decorre logicamente daquele afirmado pela Súmula 150.

III – O entendimento consagrado na Súmula 348 do Superior Tribunal de Justiça encontra-se superado pela jurisprudência mais recente.

IV – O entendimento consagrado na Súmula 348 justifica a conclusão alcançada no julgamento do Conflito de Competência n. 107635/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/03/2010.

- a) Todas estão incorretas.
- b) Apenas IV está incorreta.
- c) Apenas I e III estão incorretas.
- d) Apenas I e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários
da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

INSCRIÇÃO Nº _____

FOLHA DE RESPOSTA - REDAÇÃO
